

RELATÓRIO DE ATIVIDADES CAD 2017

INTRODUÇÃO

O Centro Anti-Discriminação (CAD), projeto promovido pelo GAT e pela Ser+, pretende garantir, promover e implementar os direitos fundamentais das pessoas com infeção VIH, hepatites víricas, e populações mais vulneráveis, combatendo o estigma e a discriminação. Conta com 3 grandes áreas de atuação:

Apoio individual e ativismo - Aconselhamento, mediação e apoio jurídico a pessoas que são objeto de discriminação por viverem com VIH/hepatites víricas, e promoção de soluções em defesa e promoção dos seus direitos.

Formação - Dirigida a profissionais de diversos sectores, ativistas e pessoas que vivem com VIH/hepatites, visa promover o seu empoderamento, a defesa dos Direitos Humanos e a não discriminação das pessoas que vivem com estas infeções, com uma abordagem centrada na ética e no conhecimento científico atual.

Centro de Documentação, Informação e Investigação (CDII) - Tem como objetivo divulgar informação e promover o conhecimento na área do VIH/hepatites, Direitos Humanos e discriminação, através da recolha, tratamento e disponibilização de informação num repositório documental de livre acesso, e pelo desenvolvimento ou colaboração em projetos de investigação social nestas áreas.

ALGUMAS CONQUISTAS IMPORTANTES DO CAD EM 2017:

Apoio individual: Condenação de um comandante dos bombeiros a 14 meses de prisão (com pena suspensa) e pagamento de indemnização a uma bombeira, por a ter coagido e ameaçado despedir por ter infeção VIH.

Ativismo: Recomendação por parte do Provedor de Justiça para a remoção das disposições discriminatórias face a pessoas com VIH dos regulamentos das piscinas Municipais. Após 6 meses desta recomendação, cerca de metade dos 74 municípios onde foi detetado este problema, concordou alterar os regulamentos.

Formação: Estabelecimento de uma parceria com o IEFP para o desenvolvimento de formação aos técnicos e formadores de todos os Centros de Formação Profissional da Grande Lisboa.

Investigação: Implementação do projeto Respect Portugal, no âmbito do OpTest (WP7), que abrangeu 3 ACES da grande Lisboa (167 profissionais de saúde).

O CAD EM NÚMEROS:

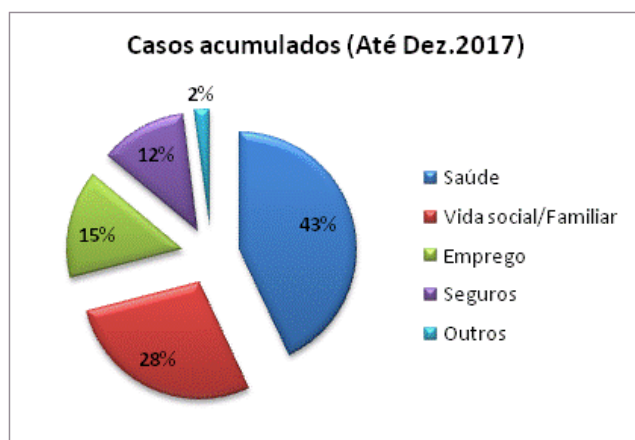
	2017	Acumulado
Nº de casos no atendimento/apoio individual	105	399
Nº de ações coletivas	9	10
Nº de Sessões de formação	13	140
Nº Formandos	371	3321
Nº de novas entradas na base de dados do CDII	2300	16000
Nº de Consultas à base documental	33804	344179

DADOS DISCRIMINADOS POR VALÊNCIA

DADOS REFERENTES À VALÊNCIA DE APOIO INDIVIDUAL:

Desde a sua génese, em 2010, o CAD recebeu e tratou 399 casos, sendo a maioria referente à área da saúde (43%), seguindo-se as questões relacionadas com a vida social e familiar (28%), com o emprego (15%) e com seguros de vida (12%).

Em 2017 atendemos 105 casos, um aumento de 30% face a 2016 (com 73 casos), sendo a grande maioria referente à área da Saúde (63%), seguindo-se as questões relacionadas com a Vida Social e Familiar (16%), com o Emprego/ensino (11%) e com Seguros de Vida (10%).



Na área da **Saúde**, dos 66 casos recebidos em 2017, 30% dizem respeito a queixas sobre incumprimentos na dispensa de medicação antiretroviral, com constrangimentos que põem em causa uma boa adesão ao tratamento. 29% referem-se a dificuldades ou negação de acesso a tratamento do VIH e/ou Hepatites; e 9% a quebra de sigilo médico e/ou coação/ameaça no acesso a serviços de saúde (nomeadamente de medicina dentária).

Os restantes dizem respeito a pedidos de informação, a grande maioria sobre a obrigatoriedade ou não de revelação do estatuto serológico para o VIH, infecciosidade/formas de transmissão e pagamento de taxas moderadoras.

Na área da **Vida Social e Familiar**, dos 17 casos recebidos, 41% referem-se a dificuldades no acesso a benefícios sociais relacionados com o VIH; e 35% a situações de ameaça, coação, difamação e/ou devassa da vida privada, chegando a verificar-se agressão verbal e física em algumas destas situações.

Na área do **Emprego e Ensino**, dos 12 casos recebidos, 84% prendem-se com o pedido do teste do VIH no âmbito da medicina do trabalho, verificando-se num caso despedimento efetivo por ter VIH).

Na área dos **Seguros de Vida**, para o acesso ao crédito para compra de habitação, recebemos 10 pedidos de apoio, em 2017. De facto, as pessoas com VIH continuam a ter grandes dificuldades de acesso a este serviço (acabando por colocar em causa o direito a ter uma habitação, direito este que deveria ser universal), vendo-se muitas vezes obrigadas a contornar as regras impostas pelas seguradoras. Nesta área, a maioria dos pedidos de ajuda vem da parte de ONGs, que pretendem saber de que modo - onde, até que valores/idade - se pode fazer o Seguro de Vida sem obrigatoriedade de análises.

DADOS REFERENTES À VALÊNCIA DE ATIVISMO:

Ao longo da sua atividade o Centro Anti-Discriminação assumiu algumas ações neste âmbito, nomeadamente:

- **Alteração à Lei 46/2006**
- **Protocolo de Medicina do Trabalho dos SAMS do SBSI**
- **Regulamento de combate à infeção hospitalar no CHLO**
- **Acesso dos reclusos aos novos tratamentos para a Hep C**
- **Acesso dos imigrantes ao tratamento**
- **Dispensa de medicação antirretroviral (Geral e Madeira)**

- Alteração de disposições discriminatórias nos Regulamentos de acesso às Forças Armadas, Militarizadas e de Segurança.
- Acesso a seguros de vida

No ano de 2017, o CAD debruçou-se especialmente sobre a proposta de **Alteração de disposições discriminatórias nos Regulamentos de uso de piscinas municipais**: Após um levantamento exaustivo dos regulamentos de acesso a piscinas municipais disponíveis online (194), foram detetados 82 com disposições discriminatórias para o acesso a pessoas com infeção VIH. Em 2013 foi apresentada queixa ao Provedor de Justiça que, perante o parecer dos colégios das especialidades de Doenças Infecciosas e de saúde Pública da Ordem do Médicos, recomendou aos municípios envolvidos que alterassem os regulamentos em causa, tornando pública a situação junto dos órgãos de comunicação social (2016). Esta recomendação foi também enviada à Associação Nacional dos Municípios Portugueses (em 2017) para que informasse os seus associados e atuasse no sentido de evitar estas situações no futuro. Até à data, 22 municípios procederam às alterações recomendadas.

DADOS REFERENTES À VALÊNCIA DE FORMAÇÃO:

Até Junho de 2018 o CAD desenvolveu 150 ações de formação em todo o país, direcionadas para ONGs, pessoas que vivem com VIH/Hepatites (PVVIH) e ativistas, profissionais de saúde, estruturas de apoio social, centros de formação profissional, empresas, professores e jovens. Nestes 8 anos, cerca de 3500 pessoas foram formadas por nós na área do HIV, Direitos Humanos e Discriminação, ficando mais preparadas para receber e integrar as PVVIH nas escolas, formação profissional, empresas, serviços de saúde e estruturas de apoio social.



Fig. 1 - Distritos abrangidos pelas formações

Contexto	População Abrangida (até Dez.2017)	Sessões	Pessoas
ONG	- ONG da área do VIH/populações vulneráveis - Pessoas que vivem com VIH - Ativistas	31	495
Laboral	- Membros da Plataforma Laboral - Empresas (Águas de Portugal; Soares da Costa; etc) - ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) - AEP; AIP e CIP - Centros de Formação Profissional (IEFP)	38	941
Social	- Inst. Segurança Social - Estruturas de apoio social (Lares; SAD; Infantários; c. acolhimento, etc)	37	1241
Educação	Professores e auxiliares	15	421
	Jovens	16	116
Saúde	- Enfermeiros (SEP) - Médicos do trabalho - Profissionais de Saúde dos Cuidados de Saúde Primários	13	289
TOTAL		150	3503

DADOS REFERENTES À VALÊNCIA DE CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO:

Até final de Junho de 2018, o Centro de Documentação e Informação do CAD catalogou e indexou **17.720** registos na sua base de dados, tendo 15.714 (88,6%) acesso remoto, e 2.016 (11,4%) acesso presencial. 55,2% são publicações com menos de 5 anos, sendo 60% de língua inglesa e 28% em português.

O número de consultas à base de dados do CDI é substancial (como expressa o quadro abaixo), mostrando a importância desta ferramenta.

Nº DE ACESSOS À BASE DE DADOS POR SESSÃO/ANO		
ANO	Nº SESSÕES/CONSULTAS	Nº EVENTOS/INVESTIGAÇÕES
2015	45.158	697.422
2016	260.836	1.124.569
2017	37.514*	357.816*
2018	94.508**	551.556**

*Por razões alheias ao CDI e ao CAD a base de dados esteve com acesso limitado no período entre os meses de janeiro a abril

**Dados até junho de 2018 (inclusive)

DADOS REFERENTES À VALÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO:

A necessidade de documentar a realidade referente à discriminação em Portugal e produzir evidência científica sobre a mesma fez com que, em 2013, o Centro Anti-Discriminação tenha iniciado uma nova vertente de atuação, centrada na produção de conhecimento - a área de investigação – associando-se a uma iniciativa internacional, para a aplicação em Portugal do **Índice do Estigma das Pessoas que Vivem com VIH (Stigma Index)**. Este estudo de investigação, desenvolvido e implementado por e para pessoas que vivem com a infeção, permitiu sistematizar informações sobre estigma, discriminação e direitos das PVVIH, o grau e as formas que assumem em Portugal, contando com 1062 inquiridos de todo o país.

Em 2015, o CAD foi convidado a participar no Work Package 7 (WP7) – Stigma and legal barriers to the provision and uptake of HIV testing services - do projeto europeu OptTEST (Optimising testing and linkage to care for HIV across Europe). Deste convite nasceu o projeto de investigação/ação **Respect – Portugal**, que decorreu entre Junho 2016 e Julho 2018, em 3 ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde) da região da grande Lisboa (Cascais, Amadora e Odivelas/Loures). Na 1ª fase (pré-teste) foram aplicados 167 questionários, a profissionais de saúde dos 3 ACES envolvidos, permitindo identificar algumas questões que poderiam constituir obstáculos à proposição do teste e seguimento das pessoas que vivem com VIH nos cuidados de saúde primários. Com esta informação foram delineadas e implementadas, em conjunto com cada ACES, algumas estratégias, entre as quais formação aos profissionais e clarificação de normas/procedimentos, com o intuito de diminuir/ultrapassar os obstáculos identificados. O questionário pós-teste foi aplicado em Junho/Julho de 2018 a 192 profissionais, prevendo-se a publicação do relatório final no 1º semestre de 2019.